

Saberes locais e a formação de coleções de História Natural nas expedições científicas do Oitocentos

Anderson Pereira Antunes*

Recebido em: 20/09/2021

Aprovado em: 15/10/2021

Resumo

Este artigo analisa como os saberes locais contribuíram para a formação das coleções de História Natural reunidas durante algumas das expedições científicas estrangeiras que percorreram o Brasil durante a segunda metade do século XIX. A historiografia recente demonstrou a importância da sociabilidade para a realização destas expedições, destacando o caráter social do trabalho de campo. A partir das interações com as populações locais, os viajantes conseguiam o apoio logístico necessário para a movimentação em regiões pouco conhecidas e reuniam informações importantes sobre os hábitos e *habitats* de espécies animais e vegetais, incluindo seus usos econômicos e medicinais. Além disso, indígenas e escravizados, dentre outros, contribuíram com a coleta e a preparação dos espécimes que formaram as coleções levadas para museus de História Natural nos Estados Unidos e na Europa, principalmente. Ao longo deste artigo analisaremos exemplos destas contribuições nos livros de viagem publicados por Henry Bates, Alfred Wallace e Louis Agassiz.

Palavras-chave

Circulação; Expedições; Coleções de História Natural; Século XIX; Decolonial.

Abstract

This article analyses how local knowledge contributed to the formation of the Natural History collections gathered during some of the foreign scientific expeditions that crossed Brazil during the latter half of the 19th century. Recent historiography on scientific travel has shown the importance of sociability to these expeditions, highlighting the social aspects involved with naturalists' fieldwork. From the interaction with locals, travellers obtained the logistical support necessary for moving in unknown regions, and also gathered important information about the habits and habitats of animal and plant species, including their economic and medicinal uses. Moreover, indigenous, enslaved, and riverside peoples, among others, contributed to the collection and preparation of specimens that formed the collections taken to Natural History museums in the United States and Europe, especially. Throughout this article, we'll analyse examples of these contributions taken from travel books published by naturalists such as Henry Bates, Alfred Wallace, and Louis Agassiz.

Keywords

Circulation; Expeditions; Natural History collections; 19th century; Decolonial

* Historiador e museólogo. Doutor em História das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ). Especialista em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde (COC/FIOCRUZ). Bolsista PCI na Coordenação de Pesquisa e Arquivo (COPEA) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Outras publicações: <https://orcid.org/0000-0001-7133-7848> E-mail: anderson.p.antunes@gmail.com.

Introdução

A realização de expedições científicas era uma das etapas essenciais para o estudo da natureza e para a formação de coleções que hoje constituem parte significativa do patrimônio histórico, científico e cultural de diversos países, especialmente na Europa onde as viagens também faziam parte da investigação do potencial econômico de áreas coloniais. Reunir espécimes representativos para poder compará-los com o que se encontrava preservado nos museus de História Natural era o primeiro estágio de um processo que envolvia a descrição, a catalogação e a organização dos seres vivos em um sistema de taxonomia.

Contudo, a captura dos espécimes que comporiam as coleções botânicas, zoológicas, entomológicas e afins, reunidas nestas viagens, era uma tarefa profundamente dependente de uma rede de sociabilidade local sem a qual os naturalistas certamente teriam obtido menos sucesso em suas expedições. Neste artigo, analisaremos a contribuição das populações locais, incluindo indígenas, escravizados e ribeirinhos, entre outros, para a formação das coleções reunidas durante as expedições lideradas pelos britânicos Henry Walter Bates (1825-1892) e Alfred Russel Wallace (1823-1913), e pelo suíço Louis Agassiz (1807-1873) no Brasil.

Cabe destacar que a análise da sociabilidade do trabalho naturalista de campo é um tema relativamente recente na História das Ciências. Por um longo tempo, a historiografia sobre as viagens científicas reproduziu uma imagem idealizada destes viajantes, muitas vezes inspirada na forma como eles mesmos descreviam suas experiências em relatos onde o senso de aventura, coragem e pioneirismo eram reforçados. Elevados a um gênero literário de grande consumo em países da Europa e nos Estados Unidos, os livros de viagem eram escritos não apenas para outros naturalistas, mas para um público ávido por consumir relatos curiosos sobre terras distantes. Assim, nestes livros os viajantes costumavam estimular a imaginação de seus leitores fomentando o imaginário da proeza heroica e solitária de quem enfrentava o desconhecido, como observou Bourget.¹

Um outro elemento que contribuiu para perpetuar a mítica do viajante heroico é a estrutura da própria escrita científica. De acordo com Camerini,² as convenções que exigem da redação de um artigo científico características como objetividade e impessoalidade contribuíram para que, nos relatos publicados nos periódicos das sociedades científicas, os viajantes omitissem seus encontros com os habitantes locais e se colocassem como os únicos realizadores das tarefas narradas. Portanto, o exame das diferentes fontes históricas disponíveis sobre estas viagens e a combinação das informações apresentadas nos livros de viagem com

aquelas presentes em diários, anotações de campo, correspondências e, também, com a produção científica originada a partir das observações e coleções reunidas em campo, contribuem para uma compreensão mais ampla das expedições científicas.

A partir das últimas décadas, um número crescente de pesquisadores passou a lançar novos olhares sobre o trabalho científico realizado pelos naturalistas em viagem. O trabalho de campo passou a ser compreendido a partir de sua dinâmica própria, distinta das investigações realizadas em gabinete, o que permitiu revelar histórias previamente apagadas sobre homens e mulheres que, a despeito de não possuírem treinamento formal nos métodos da ciência europeia, compartilhavam com os viajantes técnicas e conhecimentos locais e empíricos, muitas vezes essenciais para o sucesso das viagens. Ao analisarmos as expedições como práticas em rede situadas em espaços que funcionavam como zonas de contato entre representantes de diferentes universos culturais, como proposto por Pratt,³ destacamos a interseção entre a prática científica e a esfera da cultura, eliminando a enganadora percepção de que o campo científico existe em um espaço neutro e desconectado da cultura, da política e da economia.

Este tipo de abordagem, que se enquadra dentro do que se convencionou chamar de História Social da Ciência ou, em inglês, *Science Studies*, é particularmente interessante no contexto do crescimento dos estudos decoloniais porque contribui para a superação da interpretação que associava o conhecimento científico a uma relação binomial entre um centro produtor e uma periferia consumidora. Ao atentar para a agência de indivíduos locais, muitas pesquisas começaram a observar como objetos e conhecimentos circulavam entre diferentes espacialidades e mentalidades, e como eram apropriados e formatados pelos viajantes para compor o conhecimento científico europeu sobre a natureza. Por conseguinte, é possível perceber uma sinergia entre os estudos decoloniais e a historiografia das viagens científicas, que em anos recentes tem cada vez mais enfatizado a importância dos encontros interculturais, ou *cross-cultural encounters*, como são conhecidos na literatura anglófona, para a prática científica de campo.

Apesar da profunda assimetria dos relacionamentos entre os viajantes e seus colaboradores locais, especialmente no contexto das relações de poder existentes entre exploradores europeus e habitantes de territórios coloniais, o campo, enquanto espaço para a prática científica, permitia flexibilidades e oportunidades sociais inexistentes em outros contextos sociais. Isto significa dizer que, não obstante suas diferenças, viajantes e agentes locais foram capazes de construir significativas e duradouras relações capazes de os beneficiar mutuamente. Para autoras como Camerini,⁴ a presença dos adjetivos *friend* (amigo), *kind*

(gentil/generoso) e *trustworthy* (confiável), nos relatos de viajantes de língua inglesa são indicativos da importância da confiança e do respeito mútuo nestas relações. Ao mesmo tempo, estes adjetivos ressaltam a importância da sociabilidade para a prática científica de campo.

Para os viajantes, os benefícios obtidos a partir das relações com as populações locais estavam diretamente associados com as necessidades das viagens. Indivíduos locais forneciam constante apoio no deslocamento pelo território, atuando como guias, carregadores e barqueiros; auxiliavam no contato com outros moradores locais ao desempenhar a função de intérprete; forneciam alimentos, moradas, transporte e outros recursos materiais; e transmitiam conhecimentos sobre a natureza local, incluindo os hábitos e *habitats* de espécies de animais e plantas. A partir do exame de livros de viagem, artigos e cartas escritos por diversos viajantes que visitaram o Brasil ao longo do século XIX, Moreira destacou as principais contribuições dos agentes locais:

A partir de vários desses escritos, pode-se estabelecer os principais tipos de contribuições do pessoal local: identificação, localização, coleta e nomenclatura de animais e plantas; preparação e preservação de espécimes; descobertas de ‘novas’ espécies; análise de hábitos e usos de animais e plantas; conhecimentos geográficos, meteorológicos e de distribuição de animais e plantas; relatos antropológicos; indicação de locais mais favoráveis para pesquisa; domesticação de animais; e fabricação de instrumentos (inclusive para captura e preservação de animais).⁵

Já para a população local, o retorno do apoio aos naturalistas era, mais frequentemente, obtido na forma de algum pagamento, fosse na moeda circulante no país ou em produtos trazidos pelos viajantes de outras regiões. Em alguns casos, a ajuda era oferecida sem a expectativa de retribuição, caso comum especialmente na relação entre os viajantes e as elites locais, que apoiavam os estrangeiros como forma de demonstrar simbolicamente o seu *status* na sociedade. Para outros, contudo, a assistência aos naturalistas poderia significar ganhos mais concretos. Muitos colaboradores locais eram pagos por seus serviços em dinheiro ou em produtos utilizados pelos viajantes como moeda de troca. Além disso, para alguns escravizados, o serviço aos naturalistas poderia significar uma oportunidade de liberdade, pois em alguns casos estes escravizados eram ocasionalmente libertos pelos viajantes após o término de suas expedições. Durante sua passagem pelo Brasil, o artista francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) notou como alguns escravos libertos nestas condições passavam a oferecer serviços como coletores e preparadores de espécimes para outros viajantes que passavam pelo país, transformando as atividades que realizavam nas expedições científicas em um ofício.

O enfoque nos encontros interculturais, na circulação de conhecimentos e nas contribuições das populações locais possibilitou que pesquisadores recentes enxergassem aquilo que foi retratado por Debret séculos atrás: a agência e a participação ativa de indivíduos subalternos, em posições sociais hierarquicamente inferiores àquelas dos naturalistas que lideravam as expedições e que, mesmo sem formação científica tradicional, colaboravam ativamente para o sucesso das viagens realizando uma série de tarefas distintas, como a coleta de espécimes para a formação das coleções. Partindo desta percepção, veremos a seguir como a participação de agentes locais foi um elemento essencial na formação das coleções científicas reunidas durante três expedições que percorreram a Amazônia brasileira no século XIX.



Imagem 1: DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, tomo 2, 1835, prancha 19.⁶

Bates, Wallace e Agassiz: três viajantes pela Amazônia

Ao longo de todo o Oitocentos, diversos eventos contribuíram para a maior afluência de estrangeiros na região amazônica brasileira. Além do início do afrouxamento das políticas protecionistas portuguesas sobre sua colônia americana, iniciada com a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, a abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e o início da exploração da borracha na região, ambos já na segunda metade do século, foram elementos que colaboraram para ampliar a vinda de estrangeiros para o país nesse período.

Além disso, e tratando-se particularmente da região amazônica, a sua localização nos trópicos, sua grande biodiversidade e o fato de que por muito tempo havia sido mantida afastada dos olhares estrangeiros contribuía para que muitas áreas ainda permanecessem não mapeadas e conhecidas apenas por moradores locais, aumentando as expectativas de que novas espécies pudessem ser encontradas, o que ampliaria o conhecimento sobre o desenvolvimento da vida no planeta. Especialmente a partir de meados do século XIX, a região era considerada um dos locais privilegiados para a investigação da origem da vida, um dos principais temas de discussão nos círculos científicos da época, como destacou Moreira.⁷

Encontrar fatos que pudessem auxiliar “na solução do problema da origem das espécies”⁸ era um dos objetivos dos naturalistas Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace, segundo expressado pelo próprio Bates em seu livro de viagem. Os dois naturalistas se conheceram em Leicester, na Inglaterra e, unidos em torno do interesse pelo estudo da natureza, começaram a planejar uma viagem com destino ao Brasil após a leitura da narrativa do entomólogo estadunidense William Henry Edwards (1822-1909) sobre sua residência no Pará. Para a dupla de jovens naturalistas, uma expedição científica bem-sucedida poderia auxiliar a consolidar suas carreiras, abrindo as portas de entrada para as principais sociedades científicas inglesas. De acordo com Kury,⁹ além de serem etapas essenciais na transformação da natureza em ciência, as viagens também funcionavam como momentos de formação na carreira de um naturalista.

Nesse sentido, uma coleção extensa e variada de espécimes bem preservados e geograficamente localizados era essencial. Descrever uma espécie nova garantiria a oportunidade de nomeá-la e, assim, ter o seu próprio nome eternizado nos anais da ciência taxonômica. Além disso, reunir coleções que pudessem ser vendidas em seus países de origem proporcionava aos naturalistas a oportunidade de obter algum retorno financeiro pelo trabalho científico. Fora os museus de História Natural, que eram geralmente os principais compradores destas coleções, havia um mercado crescente de colecionadores particulares. Ao longo do século XIX, colecionar exemplares de espécies raras, exóticas ou consideradas excepcionalmente belas tornou-se uma prática comum para membros de uma elite que encontrava na raridade e nos altos valores de suas coleções uma forma simbólica de distinção social. De acordo com Crawforth¹⁰ e Hemming,¹¹ colecionar animais exóticos dos trópicos converteu-se em um passatempo comum na Inglaterra oitocentista, o que fez com que diversas lojas especializadas se dedicassem a negociar espécimes entre viajantes, museus e colecionadores particulares.

Uma vez que Bates e Wallace dependiam da venda de espécimes para financiar a viagem ao Brasil, pois ambos chegaram no país com apenas £100 cada, era essencial garantir que suas coleções seriam recebidas na Inglaterra, vendidas e os lucros remetidos de volta para suas carteiras. Para isso, firmaram uma parceria com Samuel Stevens (1817-1899), dono de uma loja especializada na venda de objetos de História Natural recebidos de viajantes que percorriam o mundo e confiavam à Stevens o cuidado e a venda de suas coleções. Com sua loja localizada em frente ao Museu de História Natural de Londres, Stevens possuía vasta experiência no comércio de coleções científicas. Sobre o acordo com a dupla, Antunes destacou que:

O acordo que possuíam funcionava da seguinte forma: Bates e Wallace reuniam espécimes de História Natural no Brasil que eram preparados, encaixotados e enviados por navio para Londres, onde eram recebidos por Stevens. Levados para a loja na Bloomsbury Street, eram então colocados à disposição de colecionadores e de instituições científicas, sendo vendidos pelo preço mais alto possível. Do valor obtido, Stevens retirava 20% como sua comissão, e reservava outros 5% para os custos de traslado e seguro dos espécimes, que ocasionalmente se danificavam durante a viagem. O restante do lucro obtido era então remetido de volta aos viajantes, onde estivessem, para cobrir os custos de manutenção da viagem.¹²

O contrato com Stevens garantia a venda das coleções reunidas, mas para o trabalho de localização, captura e preparo dos espécimes, Bates e Wallace contaram com o apoio de uma vasta rede de colaboradores locais. Em uma análise dos dois volumes de *The naturalist on the river Amazons*,¹³ publicado por Bates em 1863, é possível contabilizar um total de 221 indivíduos mencionados por contribuir com a passagem do naturalista pelo país. Destes, uma parcela significativa esteve diretamente envolvida com o auxílio na coleta de espécimes, como revelam diversos trechos da obra.

Entre os habitantes locais que contribuía com a captura de espécimes e a formação das coleções, não era incomum encontrar grupos indígenas. Geralmente encarregados de comandar as embarcações que transportavam os viajantes, eles também atuavam como guias, caçadores, pescadores e forneciam aos viajantes informações sobre a natureza local. Um exemplo da importância dos nativos para a experiência de Bates e Wallace no Brasil pode ser encontrado já nos primeiros meses de residência no país.¹⁴ Em Belém, os britânicos conheceram um estrangeiro chamado Charles Leavens, que trabalhava na supervisão de um engenho de arroz e que reuniu uma tripulação de indígenas com o objetivo de navegar até Arroios, onde esperava encontrar madeira de cedro para comercializar. O convite para acompanhar a excursão foi prontamente aceito pela dupla de naturalistas, que teve nesta ocasião a primeira oportunidade de sair para coletar espécimes no interior do Pará.

Segundo Bates, o apoio dos indígenas Alexandro, Manoel e Joaquim foi fundamental não apenas para a navegação e a chegada em segurança em Arroios, mas também para a coleta de espécimes na região. Alexandro, por exemplo, foi descrito pelo naturalista como sendo um jovem tapuio inteligente e bem-disposto, experiente navegador e caçador incansável, capaz de facilmente reconhecer os rastros e pegadas deixados pelos animais e segui-los pela mata.¹⁵ Com sua ajuda, o grupo não teve dificuldades para encontrar ninhos e ovos de tartaruga, uma vez que os indígenas eram, segundo sua avaliação, especialistas no comportamento dos animais, conhecedores dos locais onde colocavam seus ovos e exímios nadadores, não possuindo dificuldades em capturá-las com as próprias mãos mesmo embaixo da água, como registrou em uma das gravuras que ilustram o livro de viagem de Bates. Na ilustração, é interessante observar que o naturalista a intitulou “pesca de tartarugas e aventura com jacaré”, título curioso quando notamos que aqueles envolvidos tanto com as tartarugas quanto com o feroz réptil são os indígenas, uma vez que o viajante encontrava-se seguro à margem do rio.

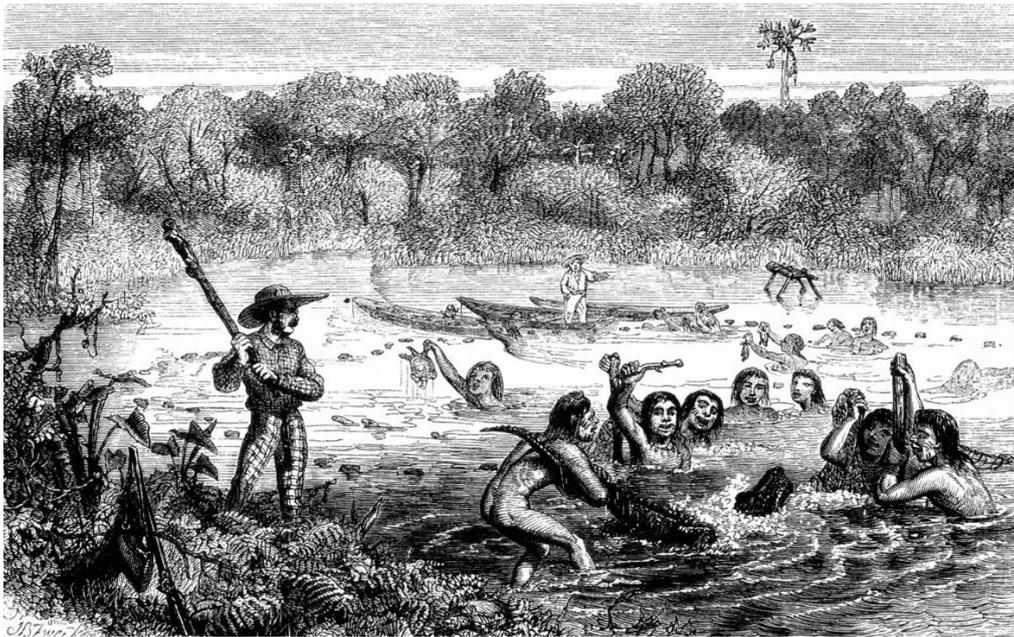


Imagem 2. BATES, Henry Walter. *The naturalist on the river Amazons*. vol. II, 1863, p. 265.

Ao longo dos onze anos em que permaneceu na região, Bates teve contato com 22 grupos indígenas diferentes.¹⁶ Segundo o naturalista, o apoio dos nativos era essencial não só para o deslocamento pela malha fluvial da região, mas também para a captura de certos espécimes que, segundo afirmou, “só poderiam ser obtidos empregando-se um caçador nativo”.¹⁷ Mesmo as crianças indígenas, ainda sem a mesma experiência dos adultos, são mencionadas em diversos trechos de seu livro de viagem por suas habilidades para se movimentar na floresta e para capturar certos animais, como uma aranha caranguejeira que

afirmou tê-lo causado grande sofrimento por três dias quando tentou apresá-la por sua própria conta.

Além de destacar a importância dos indígenas para o deslocamento por rios e florestas e para a caça e coleta de espécimes, Bates também registrou como mesmo as crianças, ainda que não possuíssem a mesma experiência dos adultos, poderiam ser valiosos aliados para um viajante. Narrando um passeio pelas matas feito apenas na companhia de um jovem indígena, o naturalista admitiu ter se perdido. Suas tentativas de encontrar o caminho por conta própria foram frustradas e, reconhecendo estar sem alternativas, recorreu ao jovem que o acompanhava. Suas expectativas eram de que o menino estivesse igualmente perdido, pois havia passado o trajeto inteiro brincando com seu arco e flecha e prestando pouca atenção por onde seguiam. Para sua surpresa, “quando perguntado, ele apontou imediatamente a direção correta de nossa canoa. Ele não podia explicar como sabia. Creio que ele tenha atentado ao nosso trajeto quase inconscientemente; seu senso de localização parecia instintivo”.¹⁸

Da mesma maneira, Alfred Wallace também aprendeu muito sobre a natureza local a partir da interação com os grupos indígenas com os quais teve contato. Embora tenha perdido a maior parte de sua coleção no naufrágio do navio que o transportava de volta à Inglaterra, as anotações que conseguiu salvar registram o grande conhecimento dos nativos sobre a flora local. A partir de suas notas, Wallace publicou em 1853 o livro *Palm trees of the Amazon and their uses*,¹⁹ compilando informações sobre centenas de espécies de palmeiras amazônicas. O livro é resultado de diversas excursões realizadas na companhia de indígenas a quem o naturalista credits como os responsáveis por ensiná-lo a distinguir entre as diferentes espécies, onde encontrá-las, seus usos e nomes nativos.

O livro de Wallace sobre as palmeiras é exemplar sobre como as populações locais, particularmente indígenas, contribuíam não só com as necessidades logísticas das viagens, mas ainda compartilhavam conhecimentos sobre a natureza. Para muitos viajantes, a flora e a fauna brasileira eram conhecidas apenas por meio de livros e coleções armazenadas em museus e jardins botânicos na Europa. O contato com as espécies *in loco*, no entanto, constituía-se em uma experiência completamente diferente e nova, em que a localização, identificação e conhecimento dos usos e aplicações de certas espécies só era possível a partir do conhecimento tradicional dos povos originários. Ainda que tenha visitado as coleções de palmeiras do Real Jardim Botânico, em Kew, na Inglaterra, e a coleção particular que o Duque de Devonshire (1790-1858) mantinha em *Chatsworth House*, como preparação para sua viagem, Wallace revelou em seu livro a enorme dificuldade em distinguir entre espécies que, embora

aparentassem semelhança no seu exterior, eram rapidamente identificadas como diferentes pelos indígenas.

**LIST OF THE PALMS DESCRIBED IN THIS WORK, WITH
THEIR NATIVE NAMES AND USES.**

<i>Botanical Name.</i>	<i>Native Name.</i>	<i>Uses.</i>
Leopoldinia		
pulchra	Jará.....	Stem used for fencing, rafters, &c.
major	Jará assú.....	Fruit for making salt.
piassaba.....	Piassába	Fibre for cordage, brooms, &c.; leaves for thatching; fruit eat- able.
Euterpe		
oleracea.....	Assaí	Fruit for making a drink; stem for rafters, &c.
catinga	Assaí de Catinga.	Fruit for making a drink.
Enocarpus		
baccaba.....	Baccába	Fruit makes a drink and oil; leaves for thatching.
batawá	Patawá	Fruit makes a drink; spinous pro- cesses used for making arrows.
disticha	Baccába	Leaves for thatching.
minor.....	Baccába miri ...	Fruit makes a drink.

Imagem 3. WALLACE, Alfred R. *Palm trees of the Amazon and their uses*, 1853, p. 127

Quem também reconheceu em seu relato de viagem o grande conhecimento que os indígenas possuíam sobre a natureza local foi Louis Agassiz. Em 1865, o naturalista de origem suíça morava nos Estados Unidos, onde era professor na Universidade de Harvard e dirigia o Museum of Comparative Zoology. Aos 58 anos, planejava uma viagem de férias, mas um encontro casual com o banqueiro e filantropo Nathaniel Thayer Jr. (1808-1883) mudou seus planos. A garantia de que teria todos os seus custos de viagem, os de sua esposa e de mais seis auxiliares escolhidos entre o corpo de funcionários do museu assegurados por Thayer transformou as férias em uma expedição científica.

A escolha do Brasil como destino foi estratégica e tinha dois objetivos: coletar peixes amazônicos e encontrar vestígios da ação recente de geleiras na América do Sul. Sendo um defensor das teorias criacionistas-catastrofistas, como Georges Cuvier (1769-1832), esperava fazer observações que reforçassem os seus argumentos contra as teorias evolucionistas que

estavam sendo propostas por naturalistas como Charles Darwin (1809-1882) e o próprio Wallace. Com a coleção de peixes amazônicos, Agassiz pretendia demonstrar que a grande diversidade de espécies que habitava uma região considerada razoavelmente homogênea como a Amazônia só poderia ser resultado da criação divina. Se, além disso, fosse capaz de encontrar vestígios da movimentação de geleiras na América do Sul, poderia apontar o evento catastrófico recente que explicaria a descontinuidade entre as espécies, o que acreditava eliminaria a possibilidade de uma interpretação evolutiva.

Além disso, sabia que no Brasil poderia contar com o apoio do Imperador D. Pedro II (1825-1891), com quem mantinha uma troca de correspondências desde que foram apresentados, também por meio de cartas, pelo missionário James Cooley Fletcher (1823-1901). O monarca, que havia enviado espécimes de peixes brasileiros para Agassiz mesmo antes de sua vinda ao país, colaborou com a expedição facilitando a passagem dos viajantes pelo país, garantindo o apoio dos governantes locais e mediando o contato com o major João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), que atuou como guia acompanhando Agassiz e sua esposa Elizabeth (1822-1907) durante toda a viagem.

Além disso, as relações entre Agassiz e os diplomatas estadunidenses James Watson Webb (1802-1884) e William Henry Seward (1801-1872) foram determinantes para que o naturalista fosse o encarregado de trazer documentos confidenciais para Webb, que então residia no Rio de Janeiro, como apontado por Machado.²⁰ Como destacado por Saba,²¹ o governo dos Estados Unidos mantinha um forte interesse pela região amazônica brasileira neste período. Além de considerar a possibilidade de envio de escravizados para o Brasil, a nação norte-americana também foi uma das principais defensoras da abertura da navegação do Rio Amazonas às nações estrangeiras.

Embora o financiamento garantido por Thayer e o apoio do governo brasileiro tivessem assegurado melhores condições de infraestrutura para sua viagem, Agassiz não prescindiu da colaboração das populações locais, inclusive para a coleta de espécimes. Mais uma vez, chama a atenção a importância da contribuição dos povos indígenas para o conhecimento da natureza brasileira e para a formação das coleções que foram posteriormente enviadas para o Museum of Comparative Zoology, em Harvard. Em seu livro de viagem, o naturalista afirmou que:

Um grande número das árvores que formam estas florestas ainda é desconhecido da ciência. E, no entanto, os índios, estes botânicos e zoólogos práticos, estão familiarizados não apenas com sua aparência externa, mas também com suas várias propriedades. O seu conhecimento prático da natureza ao seu redor é tão íntimo, que acredito que seria uma grande contribuição para o progresso da ciência se fosse feito

um registro sistemático das informações espalhadas por todo o país. Uma enciclopédia da floresta, se podemos assim chamar, feita a partir do conhecimento das tribos que a habitam. Acho que não seria má ideia se o seu conhecimento fosse coletado de vilarejo em vilarejo, enviando os índios para coletar todas as plantas que conhecem, e depois secá-las e etiquetá-las registrando o nome pelos quais são chamadas nas localidades, escrevendo, abaixo dos nomes, tudo o que for possível sobre suas propriedades medicinais e outros usos, assim como o seu caráter botânico.²²

Embora estivesse percorrendo o Brasil dezessete anos após a chegada de Wallace ao país, o trecho selecionado mostra como a realidade observada por Agassiz parece não diferir da que havia sido apontada anteriormente pelo viajante britânico. Na fala do naturalista de Harvard, os indígenas são equiparados aos próprios cientistas, sendo reconhecidos como botânicos e zoólogos, porém com a ressalva de terem obtido seu conhecimento sobre o mundo natural de maneira prática. O reconhecimento do valor deste conhecimento empírico sobre a natureza fez com que Agassiz recomendasse a compilação destas informações. A sugestão foi encaminhada para Pedro II, mas ela nunca chegou a se concretizar.

É interessante observar que, apesar de Agassiz reconhecer a importância do conhecimento da natureza dos povos originários em diversas passagens de seu livro de viagem, há um apagamento da contribuição dos nativos para a formação das coleções quando estas foram depositadas no museu de Harvard. No relatório publicado pelo museu em 1866, no qual constam todas as coleções incorporadas como resultado da expedição ao Brasil, não há menção à presença dos indígenas na rede de agentes locais envolvidos com a viagem. Além disso, a comparação das informações presentes no livro de viagem com aquelas disponíveis no relatório demonstra que muitos dos habitantes locais que contribuíram com a viagem foram posteriormente tornados invisíveis.

Em um levantamento realizado anteriormente, foi possível identificar um total de 168 indivíduos referenciados em *A Journey in Brazil* por suas contribuições com a expedição, dentre os quais quase metade auxiliaram diretamente com os objetivos científicos da viagem, incluindo a coleta de espécimes.²³ Contudo, o relatório do Museum of Comparative Zoology²⁴ relaciona que os mais de 146 mil espécimes recebidos pelo museu foram coletados por apenas 21 indivíduos, sendo doze deles brasileiros, incluindo o próprio imperador Pedro II, relacionado como responsável pela coleta de 1.300 peixes e 105 insetos. Não há, entretanto, qualquer referência ao apoio indígena no relatório.

De forma semelhante, não existe na publicação do museu qualquer menção ao apoio recebido pelos indivíduos escravizados no país. Ainda que não defendesse a escravidão, Agassiz defendia visões raciais fortemente influenciadas pelo poligenismo e pelas pesquisas de Samuel Morton (1799-1851) em anatomia comparada. Para Agassiz, as diferentes raças

humanas teriam sido destinadas a habitar regiões específicas do planeta, onde estariam mais condicionadas aos climas locais. Além disso, de acordo com a hierarquia racial defendida por muitos cientistas na época, o branco de origem europeia figuraria em uma posição superior aos africanos e, especialmente, aos mestiços resultantes da mistura entre as raças. Durante sua estada no Brasil, o naturalista organizou um estúdio fotográfico improvisado em Manaus para fotografar a população mestiça local, com objetivo de demonstrar a degeneração resultante da mistura das raças.²⁵

Apesar das visões raciais de Agassiz e de suas pesquisas sobre mestiçagem, seu livro de viagem revela que o apoio de escravizados foi um elemento importante ao longo de sua passagem pelo Brasil. Um caso exemplar foi o de Alexandrina, criada que cuidava dos afazeres domésticos na casa onde o grupo residiu em Tefé. Enquanto cuidava da alimentação do grupo e da manutenção da casa, a escravizada apenas suscitava a curiosidade dos viajantes, que se impressionavam com seus longos cabelos cacheados e discutiam como sua aparência parecia demonstrar “uma mistura de sangue indígena e negro em suas veias”.²⁶ Sua aparência foi estudada por Agassiz, que acreditava observar nela uma evidência de que as características físicas dos negros eram suavizadas quando combinadas com traços indígenas, pois a domesticidade dos negros seria subjugada pela tenacidade dos indígenas.²⁷ Enquanto as fotografias dos mestiços de Manaus não foram publicadas e permaneceram por muitas décadas guardadas na Universidade de Harvard, Alexandrina foi retratada e é a única escravizada ilustrada em todo o relato da viagem.



Imagem 4: AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth. *A Journey in Brazil*, 1868, p. 245.

Ao longo da convivência, o casal Agassiz avaliou que “ela promete muito, e parece reunir a inteligência do índio com a grande adaptabilidade do negro”.²⁸ Assim, não tardou para que percebessem que Alexandrina possuía um vasto conhecimento da natureza local e a promovessem a assistente de pesquisa. Sem deixar as tarefas caseiras de lado, ela passou a guiar o grupo de naturalistas pelas florestas nos arredores, coletar espécimes botânicos e auxiliar no preparo e preservação dos peixes capturados por Agassiz e sua equipe. No livro de viagem, Agassiz e sua esposa descrevem que:

Alexandrina demonstrou ser uma valiosa adição ao grupo, não apenas por um ponto de vista doméstico, mas também científico. Ela aprendeu muito bem a preparar e limpar esqueletos de peixes e se faz bastante útil no laboratório. Além disso, ela conhece muitos caminhos pela floresta e me acompanha em todas as minhas excursões botânicas. Com a percepção aguçada de alguém cujo único treinamento foi através dos sentidos, ela é muito mais rápida do que eu em discernir mesmo os menores exemplares de plantas com frutos ou flores. E agora que ela sabe o que eu estou procurando, ela é uma assistente muito eficiente. Ágil como um macaco, ela não pensa duas vezes antes de subir ao topo de uma árvore para me trazer um galho com flores; e aqui, onde muitas das árvores crescem até alturas consideráveis antes de começarem seus galhos, uma auxiliar como ela é muito importante.²⁹

Neste trecho, chama a atenção não apenas como as contribuições de Alexandrina são reconhecidas como importantes no contexto da expedição, mas como o casal Agassiz a identifica como uma auxiliar do ponto de vista científico. Desta forma, podemos ver que Alexandrina não foi apenas uma criada doméstica, mas alguém que colaborou ativamente com a coleta dos espécimes botânicos reunidos durante a viagem. De forma semelhante aos indígenas, os conhecimentos que ela possuía sobre a natureza foram obtidos empiricamente “através dos sentidos”, o que não a impedia de identificar as espécies com maior rapidez do que os próprios naturalistas que apenas conheciam a flora brasileira por meio de livros e das coleções disponíveis em museus no exterior.

Uma análise dos livros de viagem de Bates e Wallace revela que a companhia de indivíduos escravizados era comum em excursões pela mata, não sendo uma excepcionalidade da Expedição Thayer. Da mesma forma que Alexandrina passou de criada doméstica à assistente nas saídas para coleta de espécimes, Bates e Wallace logo perceberam que o cozinheiro Isidoro, a quem haviam encarregado os cuidados da casa em que estavam alojados no Pará, poderia ser um valioso companheiro para o trabalho de campo. Quando descobriram que Isidoro possuía experiência anterior trabalhando na mata, os dois britânicos logo o empregaram como guia. De acordo com Bates, Isidoro conhecia diversas espécies da flora amazônica e gostava de demonstrar seu conhecimento não apenas dos nomes de cada espécie, mas também de seus usos e propriedades medicinais, compartilhando as informações com os viajantes, que registravam tudo em seus diários de campo.³⁰

Ainda que fossem contrários à escravidão, e precisamos lembrar que a Inglaterra vivia o auge do movimento abolicionista ao longo do século XIX sendo, inclusive, a nação que mais pressionou o Brasil para abolir a escravidão em seu território, a necessidade de apoio durante a expedição fez com que Bates e Wallace aproveitassem da companhia dos escravizados em diversas ocasiões. Embora seus livros de viagem revelem a presença destes indivíduos, frequentemente identificados por seus nomes e por suas contribuições às expedições, a historiografia das ciências e os registros de procedência das coleções por muito tempo colaboraram para manter o apoio científico destes agentes locais invisível. Assim, seus nomes permanecem reservados aos livros de viagem e omitidos em artigos, nas apresentações feitas perante às sociedades científicas e nos relatórios de entrada das coleções nos museus.

Considerações finais

A partir de um breve olhar para as expedições de Bates, Wallace e Louis Agassiz ao Brasil, identificamos os momentos em que os naturalistas recorreram ao apoio de indígenas e indivíduos escravizados para auxiliá-los nas tarefas necessárias às viagens. Observamos como estes agentes locais não estiveram envolvidos apenas com o trabalho braçal do transporte ou com as demandas logísticas da movimentação pelo país. Indígenas e escravizados, entre outros habitantes, contribuíram de forma fundamental, compartilhando o conhecimento empírico que possuíam sobre as espécies locais e seus usos, além de participarem ativamente da coleta e do preparo dos espécimes que foram incluídos em coleções que até hoje permanecem guardadas nos principais museus de história natural fora do país.

Levadas para instituições na Europa e nos Estados Unidos, estas coleções permitiam o desenvolvimento do conhecimento científico sobre a natureza ao mesmo tempo em que, simbolicamente, representavam a superioridade da ciência e da civilização europeia sobre espaços coloniais ou periféricos. Expostas como símbolos do avanço da ciência nacional nestes países, elas frequentemente são apresentadas como resultado de grandes expedições e do trabalho de importantes naturalistas viajantes que marcaram a história científica de seus países de origem. Neste sentido, não é de surpreender que a agência de indivíduos locais, especialmente nativos e escravizados, tenha sido continuamente invisibilizada. Embora suas contribuições estejam presentes nos relatos de viagem, publicações de caráter mais especializado, como o relatório anual do Museum of Comparative Zoology, desconsideram completamente a presença destes indivíduos nas expedições. Sem o apoio destes indivíduos, possivelmente estas coleções não seriam tão numerosas ou careceriam de determinadas espécies que só o conhecimento local permitia encontrar e capturar.

Em livros de viagem como os publicados por Bates, Wallace e Agassiz observamos como os naturalistas viajantes do século XIX valorizavam o conhecimento empírico dos habitantes locais. Suas experiências foram ouvidas e registradas pelos viajantes, que com eles aprenderam sobre a natureza brasileira. As situações vivenciadas por estes três naturalistas não foram excepcionais, mas corriqueiras no cotidiano de um viajante em um país estrangeiro, como é possível perceber pelo relato de diversos outros viajantes neste período. A sociabilidade era uma parte inerente e fundamental do trabalho científico de campo e o apoio de agentes locais um elemento essencial na formação das coleções de História Natural.

Notas

- ¹ BOURGET, Marie-Nöelle. “O explorador”. In: VOVELLE, Michel (dir.). *O Homem do Iluminismo*. Tradução de Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 207-249.
- ² CAMERINI, Jane. “Wallace in the field”. *Osiris*, 2nd series, vol. 11, Science in the field, 1996, p. 44-65. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/history/students/modules/hi916/week5/camerini_wallace_in_the_field.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.
- ³ PRATT, Mary Louise. “A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco”. *Travessia*, Universidade Federal de Santa Catarina, nº 38, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/14665/13434>. Acesso em: 2 set. 2021. Ver também: PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. São Paulo: EDUSC, 1999.
- ⁴ CAMERINI, Jane. Op. cit.
- ⁵ MOREIRA, Ildeu de Castro. “O escravo do naturalista”. *Ciência hoje*, vol. 31, nº 184, julho 2002, p. 42. Disponível em: <http://www.casadaciencia.ufrj.br/caminhosdedarwin/downloads/escravo.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.
- ⁶ DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Tome deuxième. Paris: Firmin Didot Frères, 1835. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon326377/gallery/index.htm. Acesso em: 2 set. 2021.
- ⁷ MOREIRA, Ildeu de Castro. Op. cit.
- ⁸ BATES, Henry Walter. *The naturalist on the river Amazons. A record of adventures, habits of animals, sketches of Brazilian and Indian life, and aspects of nature under the Equator, during eleven years of travel*. Volume 1, tradução livre. London: John Murray, 1863, p. III. Disponível em: <https://archive.org/details/naturalistonrive01bate>. Acesso em: 2 set. 2021.
- ⁹ KURY, Lorelai. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. III (suplemento), 2001, p. 863-880. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702001000500004>. Acesso em: 2 set. 2021.
- ¹⁰ CRAWFORTH, Anthony. *The evolution of an evolutionary man. Henry Walter Bates, 1825-1892*. Tese de doutorado. London: School of Humanities, University of Buckingham, United Kingdom, 2008.
- ¹¹ HEMMING, John. *Naturalists in Paradise. Wallace, Bates and Spruce in the Amazon*. New York: Thames & Hudson Inc., 2015.
- ¹² ANTUNES, Anderson Pereira. *Um naturalista e seus colaboradores na Amazônia: a expedição de Henry Walter Bates ao Brasil (1848-1859)*. Tese de doutorado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2019, p. 156. Disponível em: http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/teste/tese_anderson_antunes.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.
- ¹³ BATES, Henry Walter. Op. cit.
- ¹⁴ Idem. Ver também: WALLACE, Alfred Russel. *A narrative of travels on the Amazon and Rio Negro: with an account of the native tribes, and observations on the climate, geology, and natural history of the Amazon valley*. Londres: Reeve and Co., 1853. Disponível em: <https://archive.org/details/narrativeoftrave00wall>. Acesso em: 2 set. 2021.
- ¹⁵ BATES, Henry Walter. Op. cit., p. 112.
- ¹⁶ Em seu livro, o naturalista relatou seu contato com os seguintes grupos, listados aqui de acordo com a grafia utilizada pelo viajante: Aurá, Caishána, Canamaré, Cambéva, Catauishí, Catoquino, Collina,

Coníbo, Jurí, Naüa, Manjérona, Marauá, Marieté, Mauhé, Miránha, Mundurucú, Múra, Passé, Shumána, Tucúna, Uáinamá e Zaminaüa.

¹⁷ BATES, Henry Walter. Op. cit., p. 345 (tradução livre).

¹⁸ Idem, p. 34 (tradução livre).

¹⁹ WALLACE, Alfred Russel. *Palm trees of the Amazon and their uses*. Londres: John van Voorst, 1853.

²⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. *Brazil through the eyes of William James. Letters, Diaries, and Drawings, 1865-1866*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.

²¹ SABA, Roberto. *American Mirror: The United States and the Empire of Brazil in the Age of Emancipation*. Tese de doutorado em História. Universidade da Pennsylvania, 2017. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4347&context=edissertations>. Acesso em: 2 set. 2021.

²² AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. *A Journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields, 4th ed., 1868, p. 239 (tradução livre). Disponível em: <https://archive.org/details/journeyinbrazil00agasiala>. Acesso em: 2 set. 2021.

²³ ANTUNES, Anderson Pereira. *A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866)*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2015. Disponível em: http://www.ppghcs.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_anderson_antunes.pdf. Acesso em: 2 set. 2021.

²⁴ MUSEUM OF COMPARATIVE ZOOLOGY. *Annual report of the trustees of the Museum of Comparative Zoology, at Harvard College, in Cambridge, together with the report of the director, 1866*. Boston: Wright & Potter, 1867.

²⁵ MACHADO, Maria Helena P. T.; HUBER, Sasha (orgs.). *Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete Entretenimentos, 2010.

²⁶ AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cabot Cary. Op. cit., p. 224 (tradução livre).

²⁷ Idem.

²⁸ Idem, p. 224 (tradução livre).

²⁹ Idem, p. 236 (tradução livre).

³⁰ BATES, Henry Walter. Op. cit.